

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - SC

**REVISÃO DO PMSB - PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
BÁSICO/2023**

**RELATÓRIO I – PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO E
PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Prefeitura Municipal de Gaspar

R. Cel. Aristiliano Ramos, 435 - Centro, Gaspar - SC, 89110-900
Telefone: (47) 3091-2000
<https://www.gaspar.sc.gov.br>



MOTTA MARTINS ENGENHARIA

Rua Antônio Schroeder, nº 103, Sala 04,
Edifício Torre Cambirela, Barreiros, São José/SC
Fone: (48) 3307-5799

Gaspar, dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

**Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito Municipal**

**Marcelo de Souza Brick
Vice-Prefeito**

**Jean Alexandre dos Santos
Diretor-Presidente do Samae**

MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA

**Engenheiro Sanitarista Ricardo Martins
Sócio-Diretor**

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	5
2 - PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO E DETALHAMENTO DAS FASES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	7
3 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	10
3.1 - JUSTIFICATIVA	10
3.2 - OBJETIVOS.....	10
3.3 - APRESENTAÇÃO	11
3.4 - PÚBLICO ALVO	13
3.5 - DETALHAMENTO DO PROJETO.....	13
3.6 - CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO	14
3.7 - METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	14
3.8 - PASSO A PASSO	15
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
5 - EQUIPE TÉCNICA	17

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS 1 E 2 – LINHA DO TEMPO, ELABORAÇÃO DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PMSB	9
--	----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL.....	17
QUADRO 2 – EQUIPE DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	17

LISTA DE SIGLAS

ABAR – Associação Brasileira de Agências Reguladoras

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

ERAB – Estação de Recalque de Água Bruta

ETA - Estação de Tratamento de Água

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico

PMGaspar - Prefeitura Municipal de Gaspar

PMS – Plano de Mobilização Social

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

SAA - Sistema de Abastecimento de Água

SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

1 - INTRODUÇÃO

Ao observarmos a atuação da administração pública desde suas origens, perceberemos que esta sofre alterações sistemáticas, em conformidade ao modelo estatal vigente. Essas alterações podem se dar de modo mais evidente e expressivo ou mais sutil, com a alteração apenas de determinadas estruturas e criação de novos instrumentos pelo ordenamento jurídico. Todavia, sejam evidentes ou sutis, tais mudanças influenciam de modo significativo a atuação administrativa nos municípios brasileiros.

Esse fenômeno se mostra especialmente nítido no agir da administração pública em relação à prestação de serviços públicos de saneamento básico a partir da promulgação da Lei Federal 11.445/2007 e posterior atualização do Marco Nacional do Saneamento pela Lei 14.026/2020.

A Prefeitura Municipal de Gaspar, em observância a legislação vigente, elaborou e aprovou o seu Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB através da Lei nº 3.771, de 16 de junho de 2017.

Em atendimento a Lei Federal 11.445/2007 e suas atualizações, o município de Gaspar está revisando as informações básicas do seu PMSB, quanto aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e Resíduos Sólidos, de forma a estabelecer uma revisão do estudo anterior e adequando aos dados atuais das condições do município.

Este documento revisado irá diagnosticar, num primeiro momento, se as metas para universalização do saneamento básico no município foram executadas conforme PMSB até então vigente.

Em segundo tempo, irá apresentar e propor novas metas com alternativas factíveis e progressivas de curto, médio e longo prazo, onde o município terá o saneamento básico universalizado.

Por fim, apresentará as condições econômico-financeiras relativas à prestação dos serviços de saneamento e que tenham sustentabilidade.

O acompanhamento do PMSB está previsto na Lei 11.445/2007 e vem ao encontro das necessidades do município, visto tratar-se de um instrumento de planejamento dinâmico que depende de vários fatores externos para sua execução.

Durante a realização dos trabalhos de revisão e atualização do PMSB, será realizada consulta pública.

Sendo assim, em atendimento ao Contrato de Prestação de Serviço nº 1008/2022, a Motta Martins Engenharia Ltda, apresenta nesse volume o Relatório I – Planejamento da Execução e Plano de Mobilização Social”.

A proposta é que o Plano de Mobilização Social, seja um instrumento dinâmico, que terá além desta versão, que trata da Revisão do PMSB, também versões anuais, objetivando desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância da execução do PMSB e da participação da sociedade no acompanhamento e avaliação dos serviços públicos de saneamento básico ao longo de todo o período projetado.

2 - PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO E DETALHAMENTO DAS FASES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- Relatório I – Planejamento da Execução e Plano de Mobilização Social: Nesta etapa é apresentado o detalhamento do planejamento dos serviços e um cronograma de execução dos trabalhos.
- Relatório II – Diagnóstico da situação atual: Esta etapa compreende a busca de informações, dados demográficos e crescimento da curva populacional do período, análise e a identificação da evolução dos indicadores e do atendimento às metas previstas e estabelecidas para execução do PMSB vigente; são apresentados mapas das coberturas atuais, assim como das estruturas existentes, de forma georreferenciada;
- Relatório III – Prognóstico: Esta etapa compreende a definição de curva populacional, coeficientes de crescimento das ligações e economias, definição de metas, programas e ações para o horizonte de estudo (20 anos); são atendidos os parâmetros definidos pela Lei Federal 14.026/2020 e pela Lei Federal nº 10.305/2010; são ainda estabelecidos novos indicadores compatíveis para acompanhamento das novas metas e a metodologia de acompanhamento; os mapas das coberturas futuras e estruturas a serem implantadas são apresentados de forma georreferenciada; para efeito de ordenamento do horizonte de estudo (20 anos), deverá ser adotado o seguinte critério:
 - Ações curto prazo: (2024 e 2028);
 - Ações de médio prazo: (2029 a 2033);
 - Ações de longo prazo: (2034 a 2043).
- Relatório IV – Estudo de viabilidade da execução do PMSB atualizado e revisado: Nesta fase são arroladas proposições técnicas, com informações básicas de seus custos, compatíveis a realidade do SAMA. São abordados elementos relativos aos recursos para atendimentos das ações propostas no relatório 3. São atendidos os critérios de ações imediatas, de curto, de médio e de longo prazo. A atualização das proposições técnicas, advindas das projeções e de outras características apontadas, são quantificadas, em valores, de forma a permitir a identificação dos investimentos globais estimados para a adequação dos serviços e universalização dos mesmos, a fim de atender os parâmetros trazidos pela Lei Federal nº 14.026/2020.
- Relatório V – Consolidação do PMSB atualizado e revisado: A revisão do PMSB é elaborada com base no conteúdo dos planos setoriais existentes bem como da

atualização do plano e metas existentes para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos de forma a compatibilizar os objetivos e metas integrados, para o saneamento no município. A consolidação do estudo deverá apresentar um único relatório, onde deverão estar apresentadas:

- Diagnóstico;
- As metas de curto, de médio e de longo prazo, assim como os programas, projetos e demais ações, definidas no Relatório III, no âmbito da revisão PMSB, e relacionadas a investimentos globais em saneamento para o município, são consolidadas, naquilo que couber, de forma a atender aos parâmetros da legislação federal;
- Revisão dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento, e seus níveis, a serem seguidos;
- A definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, econômico-financeiros, institucionais e administrativos necessários à execução do plano;
- Revisão da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando os novos planos de metas, programas, projetos e ações;
- Estudo de viabilidade econômica e financeira nos eixos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, analisando as metas, despesas de exploração e estrutura tarifária atual;
- Inclusão de recomendações e demais informações trazidas junto a consulta pública, após análise da viabilidade, pela comissão de coordenação técnica.

Realização de Consulta e Audiência Pública Municipal de Saneamento Básico

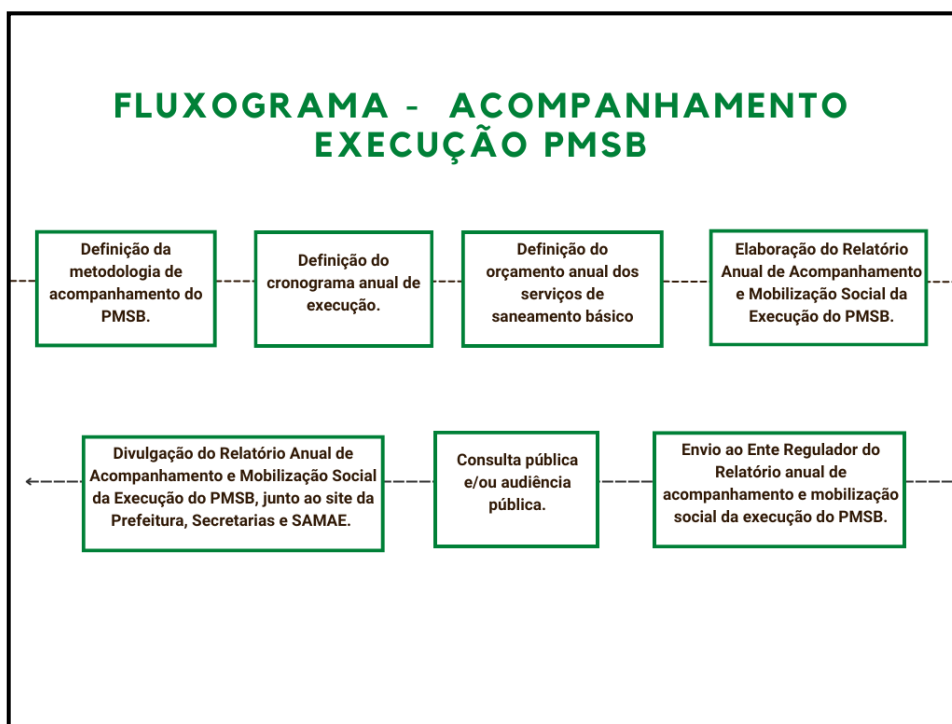
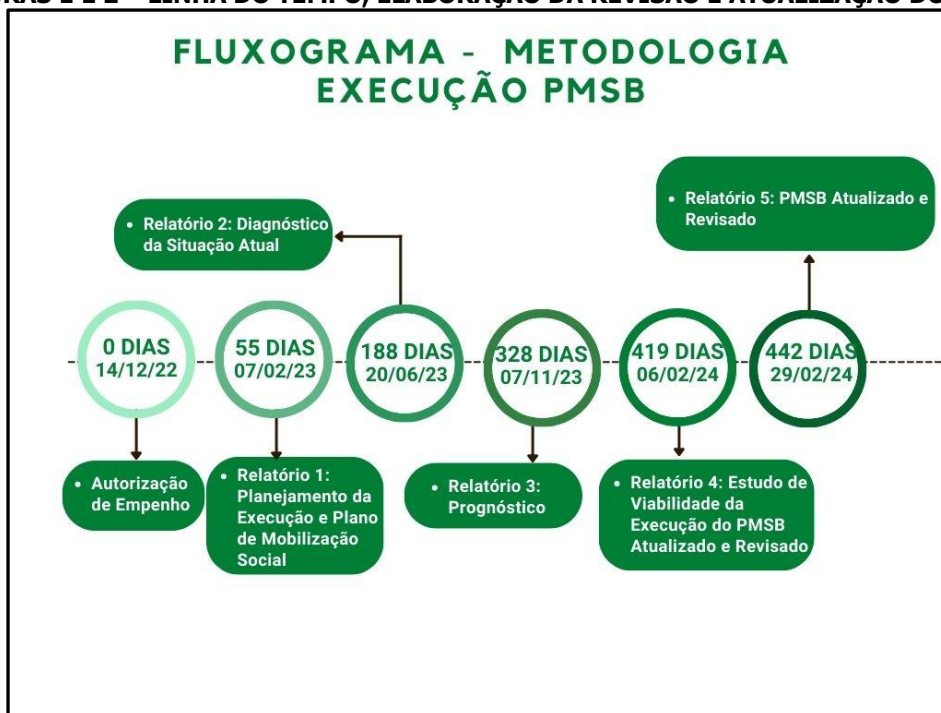
A 1ª versão preliminar, com os relatórios I a IV da revisão do PMSB, deverão estar disponíveis a todos os cidadãos junto ao site do SAMAE, assim como formulário de contribuição e manifestação.

A Audiência Pública deverá ter local e data informada com antecedência mínima de 15 dias junto ao site do SAMAE e na imprensa local;

O local, equipamentos, assim como os meios de comunicação e apresentação serão disponibilizadas pelo SAMAE;

Após a realização da consulta e da audiência pública será procedida pela empresa de consultoria, a consolidação final dos estudos e finalização da revisão e atualização do PMSB.

FIGURAS 1 E 2 – LINHA DO TEMPO, ELABORAÇÃO DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PMSB



3 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 - JUSTIFICATIVA

A participação social é um conjunto de intervenções que as diferentes forças sociais realizam para influenciar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas. (Francisco de Assis Machado). Sendo assim, é fundamental durante o processo de elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), pois, somente com a participação da comunidade torna-se possível a elaboração de um plano abrangente, que contemple a realidade local e possa identificar e propor soluções eficientes para as questões de saneamento básico do município.

A Lei nº 11.445/2007 e suas alterações, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para política federal do saneamento básico, determina o controle social como um dos treze princípios fundamentais, sendo definido, no inciso IV, do artigo 3, da referida lei, como *“o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”*.

Posto isto, de acordo com a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, o Plano de Mobilização Social é uma ferramenta para garantir a efetiva participação social e a transparência nos processos decisórios, auxiliando na difusão de informações de forma clara e objetiva, atendendo dúvidas, críticas e sugestões, fortalecendo a cidadania e obtendo informações sobre a situação dos serviços públicos de saneamento básico e na identificação e consideração das variáveis socioculturais, econômicas e ambientais do município.

Por fim, segundo as diretrizes do Governo Federal, *“A participação no processo de elaboração do Plano de Saneamento deve ocorrer a partir da mobilização social e incluir a divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo”*.

3.2 - OBJETIVOS

Os objetivos específicos do Plano de Mobilização Social são:

- Assegurar o controle social garantindo à sociedade informações e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação;

- Garantir mecanismos que permitam a elaboração e posterior acompanhamento da execução do PMSB por meio de processo democrático e participativo de forma a incorporar as necessidades da sociedade e atingir função social dos serviços prestados;
- Divulgar os resultados alcançados;
- Definir canais e instrumentos para a participação popular no processo de elaboração e de execução do Plano;
- Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais.

3.3 - APRESENTAÇÃO

Gaspar possui uma área de 386,35 km², das quais 40 km² de área urbana e 346,35 km² de área rural.

Localiza-se na latitude 26°55'53" sul, longitude 48°57'32" oeste. A altitude média do município é de 18 metros, seu território é composto por planícies situadas próximas ao rio Itajaí-Açu e serras localizadas nos extremos Norte e Sul.

O ponto mais alto do município é o Morro do Cachorro, situado na divisa com Blumenau e Luis Alves, com 857 metros acima do nível do mar.

Segundo relatos históricos, os primeiros habitantes de Gaspar foram os índios botocudos, que acabaram sendo dizimados com o início da colonização, a partir do século XVII. Os primeiros colonizadores foram os paulistas, que trouxeram consigo escravos cujos descendentes vivem na cidade. No século XVIII, chegaram os imigrantes dos Açores, seguidos por famílias de origem flamenga, espanhola e belga. Os imigrantes alemães chegaram em 1835, e os italianos, em 1875 (PMSB DE GASPAR, 2010).

Em 1848 o imperador D. Pedro II autorizou o Sr. Herman Bruno Otto Blumenau a fundar uma colônia de imigrantes alemães às margens do rio Itajaí-Açu, "Colônia de Blumenau". Gaspar passou a fazer parte dessa colônia. Em 1880, Blumenau foi elevada à categoria de cidade e Gaspar passou a ser seu distrito. Mas, com o passar dos anos, o povo de Gaspar foi ficando descontente, pois precisavam de ruas, pontes, postos de saúde, escolas e muito pouco era investido em Gaspar. Assim, na década de 1930, com a mobilização de lideranças locais, apoiadas pelas esferas Federal e Estadual, Gaspar obteve sua emancipação política,

sendo elevado ao status de Município, tendo Leopoldo Schramm como primeiro prefeito, em 18 de março de 1934 (PMSB DE GASPAR, 2010).

Existem vinte e um bairros em Gaspar:

- Alto Gasparinho;
- Arraial Do Ouro;
- Barracão;
- Bateias;
- Bela Vista;
- Belchior;
- Belchior Baixo;
- Belchior Central;
- Centro;
- Coloninha;
- Figueira;
- Gaspar Grande;
- Gasparinho;
- Gaspar Alto;
- Gaspar Mirim;
- Lagoa;
- Margem Esquerda;
- Macucos;
- Poço Grande;
- Santa Terezinha;
- Sete de Setembro.

Dentre os atrativos turísticos destaca-se o relógio da Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, que é o único relógio instalado na América que, com uma só máquina, movimenta oito mostradores. Gaspar também tem a peculiaridade de formar religiosos (bispos, padres e

freiras), e preserva em áreas distintas seus costumes próprios, divididos por etnias: os alemães ficam ao norte do município, os italianos ao sul e os açorianos ao leste (PMSB DE GASPAR, 2010).

Entre as belezas naturais, destacam-se o rio Itajaí-Açu, as cascatas, a flora e fauna nativas. No município há vários parques aquáticos, como o Recanto 2000, Cascata Carolina, Recanto do Vale, Cascanéia, Cascata Recanto Arraial, Recanto Belchior, dentre outros. Gaspar oferece também ótimas condições para a prática de diversos esportes radicais, como ultraleve, remo, rappel, trilhas ecológicas, cavalgadas, motocross, parapente, aeromodelismo e jeepcross (PMSB DE GASPAR, 2010).

3.4 - PÚBLICO ALVO

O público-alvo desta proposta compreende prioritariamente a população do município de Gaspar, em sua totalidade, mas a proposta em questão também atingirá um público diverso, pois está previsto canal de contato junto ao SAMA de Gaspar e ligado à internet, sendo que os documentos poderão ser acessados pela comunidade e serão feitas consultas públicas para a finalização do PSMB.

Ainda é prevista audiência pública para apresentação e coleta de informações e recomendações.

3.5 - DETALHAMENTO DO PROJETO

O Plano de Mobilização Social (PMS) detalha o planejamento de cada ação de mobilização e participação social definindo os objetivos, metas e escopo da mobilização, como segue (FUNASA, 2012):

- a. Identificação de atores sociais parceiros para apoio à mobilização social;
- b. Disponibilidade de infraestrutura para a realização da audiência;
- c. Estratégias de divulgação da elaboração do PMSB, à comunidade (rural e urbana) dos setores de mobilização, bem como a maneira que será realizada tal divulgação, como faixas, convites, folders, cartazes e meios de comunicação local (jornal, rádio, etc.);
- d. Metodologia pedagógica das reuniões (debates, oficinas ou seminários), utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico;
- e. Cronograma de atividades.

Para isso, é de suma importância que seja realizado uma setorização do município, tanto nas áreas rural quanto urbanas, de acordo com o mapeamento, espaço territorial e pontos críticos da localidade, de forma que a comunicação do local, data e documentos relativo a consulta e audiência pública, cheguem a todas as comunidades para propiciar a participação popular na data da audiência pública.

3.6 - CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o PMSB requer, em todas as etapas do plano, desde a elaboração e implantação até a revisão, um modelo de planejamento e gestão participativos com mecanismos que garantam o conhecimento efetivo da realidade local e inserção das perspectivas e aspirações da sociedade para o setor de saneamento.

Sendo assim, é imprescindível criar formas de engajamento e participação que contemplem atores sociais diversos, que possam representar diferentes setores da sociedade civil e da administração pública. Este projeto prevê a formação do grupo de trabalho através do Comitê de Coordenação.

O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração PMSB.

3.7 - METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as ações propostas nesse documento visam a divulgação do PMSB a população local, priorizando seu envolvimento e participação nas esferas que contemplam o saneamento básico, por meio dos canais de comunicação difundidos. Nesse sentido, as informações expressas serão contempladas em sua multidimensionalidade e inseridas nos processos da elaboração e execução do PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico.

Dessa forma, segundo o Art. 34 do capítulo III do Decreto Federal 7.217/2010, o controle social, dos serviços públicos de saneamento básico, poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:

- I. Debate e audiência pública;
- II. Consulta pública;
- III. Conferência da cidade; ou

IV. Participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

Para isso, segundo a FUNASA, o Plano de Mobilização Social prevê o uso de diferentes ações e tecnologias para alcançar diferentes públicos em todas as etapas do projeto, somando esforços para um melhor resultado de participação social.

É uma estratégia chamada de multiplataforma que terá duas frentes de atuação: Estratégia de Mobilização Local e Estratégia de Mobilização em Rede.

Na Estratégia de Mobilização Local, serão previstas reuniões de trabalho para a formulação das atividades envolvidas na execução do PMSB e audiência pública, onde ocorrerá o repasse de informações ao comitê de coordenação. Desta forma, caberá ao comitê coordenar a execução de todas as atividades de Mobilização, tais como Reuniões e Audiência Pública.

Já a Estratégia de Mobilização em Rede serve para complementar a estratégia de Mobilização Local, onde o município utilizará ferramentas diversas para a mobilização, desde meios de comunicação de massa, convencionais, até as novas mídias digitais. Uma ferramenta importante a ser considerada é a Consulta Pública, visto esta alcançar pela Rede um público mais abrangente.

3.8 - PASSO A PASSO

Visando a atuação de todos os entes descritos, prevê-se a execução de reuniões técnicas com o comitê de coordenação, onde serão apresentados os relatórios das atividades desenvolvidas. Posteriormente, esses relatórios serão disponibilizados à população para consulta pública no site da Prefeitura.

Ademais, ocorrerá uma audiência pública com a comunidade, onde serão apresentados os produtos – Relatórios da Revisão do PMSB, na qual os cidadãos poderão exercer uma participação direta por meio de dúvidas e apontamentos.

Após estas etapas, será consolidado o PMSB em versão final, a qual será encaminhada ao executivo municipal, juntamente com proposta de minuta de lei, para posterior envio ao legislativo para aprovação.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização dos trabalhos de Revisão e Atualização do PMSB de Gaspar, foi assumido o desafio de elaborar um plano em consonância com a legislação vigente e com a realidade do município. Está sendo previsto o envolvimento de diversos profissionais que atuarão junto ao comitê coordenador, participando direta ou indiretamente dos trabalhos.

A interação entre os participantes mostra-se bastante eficaz para todo o processo, todas as reuniões de trabalho devem ser produtivas, onde os debates possibilitarão a concretização das ideias apresentadas.

Fica evidente, que no decorrer das diversas fases dos trabalhos, que a execução do PMSB deve ser acompanhada periodicamente, logo torna-se necessário estabelecer um instrumento de acompanhamento periódico para a demonstração da elaboração do PMSB e do alcance das metas estabelecidas.

Ainda é evidente que devem ser tomadas providências para que após a aprovação da Revisão do PMSB, haja ferramentas que possibilitem o acompanhamento e a divulgação à sociedade, da execução do planejamento previsto dentro do PSMB.

Logo, estabeleceu-se que o Relatório de Mobilização Social, deve se tornar um relatório anual, demonstrando transparência das ações referentes à execução do PMSB.

Ainda dentro deste novo modelo, o relatório anual será o instrumento padrão para envio ao Ente Regulador e demonstração da execução do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gaspar.

5 - EQUIPE TÉCNICA

QUADRO 1 – EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

ENG^a KATIA V. MOTTA MARTINS	Graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental. CREA/SC: 099.648-4 MBA Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental. Graduanda em Arquitetura e Urbanismo.
ENG^o RICARDO MARTINS	Graduado em Engenharia Sanitária. MBA em Gestão de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotos Sanitários. Técnico Agrimensor/Estradas CREA/SC: 050.772-5
ENG^o JOÃO VITORIO DAGOSTIN	Graduado em Engenharia Civil CREA/SC: 163.644-0

QUADRO 2 – EQUIPE DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

TÉC. SOLANI MARIA MOTTA	Técnica em Segurança do Trabalho Graduanda em Serviço Social
TÉC. NATALIA MOTTA MARTINS	Técnica em Saneamento Graduanda em Economia